INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM MEDIAÇÃO E PSICOLOGIA ESCOLAR

Brunna Bueno de Oliveira Falconi[1]
Poliana Pereira Ferrare[2]
Bianca Martins de Assis[3]
Luisa Morato Simões[4]

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência decorrente de visita técnica orientada a uma instituição de ensino privada, com o objetivo de analisar como estratégias de mediação individualizada favorecem a participação, a socialização e a autonomia de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Acompanhou-se a rotina de um estudante de 10 anos, diagnosticado com TEA (nível 1 de suporte). Os resultados demonstram que o uso de combinados prévios, reforço positivo, descontinuação gradual do apoio (*prompt fading*) e espaços de autorregulação sensorial — aliados à parceria entre escola, família e equipe multidisciplinar — proporcionaram a redução de episódios de desregulação emocional e consolidaram a autonomia acadêmica e social do aluno.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Mediação. Psicologia Escolar. Autonomia.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como uma condição do neurodesenvolvimento associada a diferenças na comunicação, na interação social e a padrões específicos de comportamento ou interesses (APA, 2023). Dado que cada indivíduo apresenta singularidades, os suportes educacionais devem ser planejados de maneira individualizada, em consonância com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).

No âmbito educacional, a inclusão transcende o acesso físico à sala de aula. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), o processo inclusivo exige a garantia de condições efetivas de aprendizagem, participação, construção de vínculos e desenvolvimento da autonomia. Nesse cenário, a Psicologia Escolar atua na compreensão das variáveis ambientais e na mediação das relações institucionais. O presente trabalho relata as observações de uma vivência acadêmica voltada ao acompanhamento da rotina de um estudante autista, articulando a prática de campo aos fundamentos éticos e técnicos da Psicologia.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, na modalidade de relato de experiência, elaborado a partir de visita técnica realizada em uma escola da rede particular de ensino, no âmbito da disciplina de Práticas em Psicologia Escolar/Mediação. O foco da observação recaiu sobre a rotina escolar de um aluno de 10 anos (identificado pelo nome fictício Murilo), diagnosticado com TEA, nível 1 de suporte. Foram analisadas as dinâmicas em sala de aula, aulas de Educação Física, eventos coletivos (como Feira de Ciências e apresentações culturais) e espaços de acolhimento sensorial, além de relatos da equipe pedagógica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme histórico relatado pela equipe escolar, antes da implementação da mediação individualizada, o estudante apresentava acentuada dificuldade de interação social, resistência às demandas acadêmicas e episódios recorrentes de desregulação emocional. A partir da análise funcional do ambiente e das exigências pedagógicas, introduziram-se estratégias estruturadas que transformaram o engajamento do aluno:

- **Antecipação e Reforço Positivo:** O estabelecimento de combinados prévios reduziu a ansiedade frente às transições de rotina, enquanto o reforço positivo fortaleceu comportamentos adaptativos.
- **Suporte Gradual (*Prompt Fading*):** Nas atividades de escrita, a tarefa foi inicialmente compartilhada entre o aluno e a mediadora, retirando-se progressivamente o auxílio físico e verbal conforme o desenvolvimento de suas habilidades, prevenindo a dependência do apoio.
- **Autorregulação Sensorial:** A brinquedoteca escolar foi utilizada como ambiente de descompressão tátil e sensorial, funcionando como recurso preventivo contra sobrecargas emocionais e promovendo o pedido adequado de pausa.

Sob a ótica da Psicologia do Desenvolvimento, dificuldades de engajamento não devem ser interpretadas como incapacidade, mas como reflexo da interação entre o sujeito e as barreiras ambientais. A integração entre família, corpo docente e equipe multidisciplinar permitiu que o aluno internalizasse recursos próprios de autorregulação, participasse ativamente de exposições públicas e atingisse autonomia suficiente para prescindir da mediação constante. Eticamente, destaca-se que as intervenções priorizaram a dignidade e o bem-estar do estudante, evitando a exposição de seu diagnóstico ou a supressão de comportamentos atípicos não prejudiciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência evidenciou que a inclusão escolar efetiva depende de intencionalidade pedagógica, adaptações ambientais e trabalho colaborativo interprofissional. A evolução do estudante demonstra que o suporte proporcional e gradualmente retirado é fundamental para consolidar a autonomia real. Para a formação em Psicologia, a vivência reafirma o compromisso ético com a promoção da saúde mental e a construção de espaços educacionais verdadeiramente acessíveis e acolhedores.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2015.

[1,2,3,4] Discentes do curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).